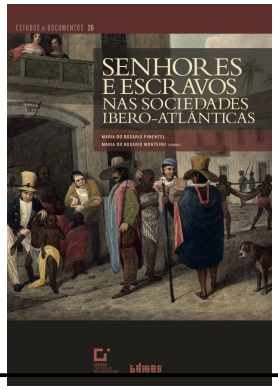

Senhores e escravos nas sociedades Ibero-Atlânticas

Coleção | Collection: Estudos & Documentos, Volume 26

DOI: https://doi.org/10.34619/rswl-6jsl

Homepage: https://livros.fcsh.unl.pt/cham

Maria do Rosário Pimentel Maria do Rosário Monteiro

Editor | Publisher:

Edições CHAM

https://livros.fcsh.unl.pt/cham

Copyright:

Maria do Rosário Pimentel; Maria do Rosário Monteiro, António Borges, Adriano Moreira, Alberto de Carvalho, António Manuel de Andrade de Moniz, António Martins, Carlos Engemann, Célia Maia Borges, Clara Sarmento, Elisete da Silva, Maria Cristina Neto, João Pedro Marques, Jonis Freire, Jorge Fonseca, Jorge Matta, José Augusto dos Santos Alves , Joseph Abraham Levi, Marcia Amantino, Marcia Eliane Alves de Souza, Margarida Vaz do Rego Machado, Rute Dias Gregório, Maria da Graça Alves Mateus Ventura, Miguel Real, Rocío Periáñez Gómez, Ronaldo Vainfas, Simon Edwards, Augusto Moutinho Borges, Martin Lienhard, Ana Maria Ramalhete, Rui Zink, Leonor Dias de Seabra, Maria de Deus Beites Manso, Maria do Rosário Pimentel, 2019

© O(s) Autor(es). Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s). This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

As afirmaÃ§Ães proferidas e os direitos de utilizaÃ§Ã£o das imagens sÃ£o da inteira responsabilidade do(s) autor(es). The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s). Â

RUI ZINK*

Escutando o último negreiro

História e ficção

Que contributo pode a ficção dar para o debate sobre a escravatura? Do ponto de vista da reconstituição histórica fidedigna, pouco. Mesmo quando escrita por historiadores tornados romancistas, a ficção é sempre um tecido de sentidos que, por definição, se independentiza do referente externo a que chamamos realidade. Aliás, *a priori* só há literatura (aventura estética) se tal acontecer.

Todavia, alguma relação haverá entre o texto literário que se organiza em sistema autónomo de signos e o referente externo, o mundo-cá-fora. Um dos mais curiosos paradoxos da literatura é ela ser um facto, coisa feita, concreta e, ao contrário do passado histórico, uma realidade em si. Uma evidência, não no sentido da palavra homónima em inglês (*evidence* = prova), mas no de algo que, por *estar cá* – diante dos nossos olhos – não necessita de ser convocado.

Aquilo que designamos por "ficção histórica", essa então, corre sempre vários riscos, dos quais sobressaem o da anacronia (sobretudo a nível das mentalidades, o de outorgar a uma personagem do século XVIII preocupações e utensilagem conceptual do XX) e o do equívoco na interpretação de um vestígio, um resto: confundir uma touca com um capacete, uma lareira com um forno, uma grade com uma grelha.

Ao colocar um esclavagista – "o último", ainda por cima – como protagonista do seu romance, Miguel Real dá, consoante o ponto de vista, um passo corajoso ou insensato. Uma coisa pode ser dita: vem preencher uma lacuna.

Continua actual o debate sobre o lugar da escravatura na historiografia portuguesa – e qual a relação que nós, portugueses, devemos ter com esse passado. Uma polémica

* IELT, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal.
E-mail: rz@fcsh.unl.pt.

interessante tem acontecido, nem sempre com a elevação necessária, sobre se Portugal deve ou não pedir desculpas por esse passado[1].

Independentemente do resultado da disputa, cujo desfecho se prenuncia longínquo, um pormenor com alguma importância parece ressaltar: Portugal pouco conhece do período de escravidão e do seu lugar nela. O debate académico e o debate público, mesmo quando alguns protagonistas se situam em ambas as esferas, pouco se tocam. E é de perguntar se a História, tal como é ensinada nas escolas, se afastou devidamente do modo como o passado colectivo foi ensinado no Estado Novo, com a sua incidência quase obsessiva no período dos Descobrimentos – ao contrário de outros momentos da nossa História, e no aspecto glorioso dos mesmos. A escravidão não será ainda, para Portugal, à semelhança do cérebro, um *continente negro*? Fica a questão.

Um romance – este, especificamente, e sobre especificamente este tema – tem então pelo menos duas vantagens: fornecer ao leigo uma visão narrada e apimentada de uma dada era histórica; proporcionar aos verdadeiros historiadores *food for thought*, matéria que pode ajudar a enquadrar factos e documentos e a vê-los, quando o livro é feliz, a uma nova luz.

A ficção enquanto ensaio

Neste sentido, o romance de Miguel Real afirma-se notável logo pelo título. *O Último Negreiro* (2006) não é o único romance de Miguel Real a debruçar-se sobre a questão dos escravos em Portugal, digo, no Portugal que de Lisboa a África já estava virando Brasil. É, todavia, o único romance seu que tem um tão carregado e claro – preto no branco – título. Todo um programa. Outros títulos do autor são metafóricos – *O Sal da Terra* (2008), *A Voz da Terra* (2005) –, mas este é de uma clareza lapidar: *O Último Negreiro*. Ou seja, aquele que ainda traficava escravos mesmo quando já muitos tinham percebido que algo de errado havia numa economia que dependia do tráfico humano.

Real é um autor omnívoro, e vem desde há uma, duas décadas traçando um mapa exaustivo da cultura portuguesa, não hesitando sequer em entrar seja por aspectos concretos – *O Romance Português Contemporâneo: 1950-2010* (2012b), com uma enciclopédica relação de autores –, seja em planos mais abstractos, como em *Nova Teoria do Mal* (2012a). Além de omnívoro, é bulímico e imparável. Nem sempre é o autor mais espartano, seja enquanto novelista, seja enquanto ensaísta – mas quase sempre o mais generoso, o mais exaustivo, o mais amplo, consistente e persistente. São qualidades não de somenos. E fá-lo em ficção e ensaio (ou seja, na minha óptica, em ensaio e *ensaio*)[2].

---

1 Dois protagonistas que, oriundos do meio académico, têm prolongado o debate na esfera pública têm sido Elísio Macamo e João Pedro Marques. Este último escreveu um artigo intitulado "Quantas vezes tem Portugal de pedir desculpa?" (*Público*, 27/9/2017), ao qual Macamo respondeu no mesmo jornal com "Portugal pode pedir desculpas? Quantas vezes forem necessárias" (11/10/2017). Ainda no *Público*, o editor Guilherme Valente escreveu "Quem deve pedir desculpa?" (7/11/2017).

2 Na óptica de outros ainda, em ficção e *ficção*.

É discutível a tese de que a mais alta ficção seja sempre ensaio: um instrumento de trabalho problematizante. E, por vezes (não tenhamos peias nem complexos), didáctico. Como sugere Kundera em *A Arte do Romance* (1991), a ficção longa vale a pena quando é ensaio, ou seja, quando pensa a existência humana. Por outro lado, a fidelidade ao acontecido cede lugar a outro valor:

> Um historiador conta-lhe os acontecimentos como eles se passaram. […] O romance não examina a realidade, mas sim a existência. E a existência não é [exclusivamente, diríamos] o que se passou, a existência é o campo de possibilidades humanas, tudo o que o homem pode vir a ser, tudo aquilo de que ele é capaz. […] Mas, mais uma vez: existir significa "estar-no-mundo". É preciso, portanto, compreender *quer* a personagem *quer* as suas possibilidades. (Kundera 1991, 58)

E o contrário, embora não provado, também é digno de ponderação e estudo – se o ensaio não voa mais alto quando se apropria da (ou entrega à) metodologia da ficção. Lembro a felicidade com que li, aos catorze anos, *Diversidade e Unidade em Fernando Pessoa* de Jacinto do Prado Coelho (1949), ou, aos vinte, *Fragmentos de um Discurso Amoroso* de Roland Barthes (1.ª ed 1977, 2006). Ou ainda *Zona*, de Geoff Dyer (2012), que segue – quase fotograma a fotograma – o filme S*talker* de Tarkovsky (1979), por sua vez baseado no romance *Piquenique à Beira da Estrada* dos irmãos Arkadi e Boris Strugatsky (1971). E o que são os Sermões de Vieira, ao qual Miguel Real dedicará, numa espécie de prequela deste, o romance *O Sal da Terra* (2008)?

Real tem – tenta ter – essa visão panóptica do mundo, e das respostas que, por palavras, podemos dar a esse mundo. E querem ser *exemplares*, os seus livros: contar uma história interessante, mas também dar a entender – e, se possível, a ver. O romance *O Último Negreiro* é: a) um ensaio, porque problematiza; b) um diálogo com a História, porque a busca; c) um texto didáctico, porque quer ajudar a entender. No epílogo, o autor explica mesmo, para o caso de alguém não ter entendido, o que esteve a mostrar durante 350 páginas. *O Último Negreiro* é também um conjunto de "artigos" – variações sobre um tema – que quase sem prejuízo podem ser lidos avulsos, técnica recorrente noutras obras do autor. Como se ele estivesse em congresso consigo próprio, enviando a solo todas as comunicações a ler durante os dias do encontro. E é, sobretudo, um romance porque tenta dar a ver e porque (de novo a ética do romance) *encurta a distância* para o Outro. Neste caso, o Outro em nós, porque o protagonista aparente, Félix de Sousa, embora não pareça, é nós. Não só aquela cara não é estranha, também aquele coração, aquele carácter, aquele modo de ser humano.

O outro em nós

Hoje, o Outro já não é necessariamente o negro, o mulato, a mulher, o estrangeiro, o homossexual, o escravo, o oriental ou qualquer outro grupo encaixável como "minoria" em termos de poder. O Outro, nesta nossa época supostamente bem-pensante e em paz aparente (pelo menos na nossa área geográfica), é o esclavagista, o negreiro, o homem que

trata os outros como mercadoria, o capataz do horror. E é precisamente esse abominável Outro que, numa época onde houve heróis e gente bem mais decente a merecer ser protagonista de romance, Miguel Real escolhe para: protagonista; herói (herói anti-heróico mas ainda assim herói da história). Objecto da nossa simpatia – damos por nós a torcer por este "último negreiro" quando ele enfrenta adversários e adversidades. Seja quando leva uma tareia, seja quando recupera a dignidade fazendo trabalhos indignos (chicotear escravos), seja quando começa a recuperar o capital (ou seja, a explorar escravos), seja quando se vinga (do banqueiro Marinhas), seja quando se perde, qual Robinson Crusoe com Sexta-Feira (o seu parceiro e Jau e servo e cúmplice e amante e irmão e tudo mais), seja quando é envenenado, ou descobre que tem paludismo, seja quando é encarcerado pelo rei negro Adondozan, vendedor de escravos, seja quando finta os barcos franceses e ingleses que, com maior ou menor cinismo, por motivos nobres ou menos nobres, apertam o cerco ao tráfico de escravos.

Esta última operação – a de humanizar Félix – é a mais terrível, e Miguel Real leva-a a bom porto, usando de uma estratégia simples e eficaz. Se nós estamos hoje no espaço-tempo da simpatia com a vítima (pelo menos nós, leitores-tipo de romances e ensaios, cf. Iser (1978)), então a cena de abertura mostrará o protagonista como vítima, sendo quase morto numa agressão violenta pelos jagunços de um banqueiro, quando ia apenas pedir o que era justo – a justa paga por serviços honestamente cumpridos[3].

Um continente desconhecido

O que foi a escravatura? É este o tema do livro, bem entendido, mais do que a vida do protagonista. Há um título que remete para uma personagem. Todavia, passado o prólogo que, como acabámos de ver, o mostra a ser agredido quase até à morte pelo banqueiro Marinhas, que lhe chama "um alucinado", como depois o fará o amigo Simão – Francisco Félix de Sousa praticamente desaparece de cena durante o primeiro terço do livro.

A estratégia é comum: após apresentar uma cena de violência que aguce q.b. o apetite do leitor, Miguel Real parte para uma longa digressão, pois quer dar-nos o contexto. É a fase menos ficcional do romance, aquela onde o efabular se faz mesmo com base em documentos históricos, trazendo para o campo da literatura o conhecimento historiográfico. É um livro documentado, este, erudito, como se pode ver na bibliografia e nas imagens, e que ambiciona ser também documento. Miguel Real quer, literalmente, contribuir – para o debate, para o conhecimento. *O Último Negreiro* transparece o pendor

3 Que esses serviços fossem ter vendido uns 50 escravos "isso agora não interessa nada", para citar a imortal Teresa Guilherme. É difícil odiarmos alguém que está a ser espancado de forma tão brutal como Francisco Félix de Sousa no episódio em que nos é apresentado. Além disso, a nossa antipatia imediata é espoletada – vá lá saber-se porquê – pelo banqueiro. A anedota, além de significativa, é plausível: meta-se, nos dias de hoje, uma víbora num duelo com um banqueiro, ou mesmo um advogado, e a nossa simpatia provavelmente irá para a víbora, ou até mesmo para o advogado.

generoso de dar algo ao leitor; e a ambição, latente, de vir a ser instrumento de trabalho para futuros historiadores.

Se o objectivo é entender, o método quase sempre escolhido, mais do que o explicar, é o *show & tell*. O romance vai dando a entender o que era a escravatura daquela época, ainda hoje um continente desconhecido ou pouco visitado – através da narração e da descrição, instrumentos literários, mais do que por um comentário de cariz explicitamente ideológico. Excepto no epílogo, que talvez tivesse sido melhor escolha virar nota de autor ou posfácio – embora o facto de não ter sido essa a opção lhe dê precisamente a sua graça. Aí sim, no epílogo, Miguel Real diz ao que foi:

> Francisco Félix de Sousa soube evidenciar uma singularidade que aos Dominguinhos de África, exclusivamente cobiçosos de riqueza, lhes escapou, a de transformar a vida em destino e a acção individual em obra, destino e obra orientados por um sentido civilizacional. Francisco Félix de Sousa cumpriu um destino religioso, criou uma obra europeia no sertão africano, transformando a sua memória numa síntese civilizacional, de que a Europa hoje, sem pai nem mãe, se envergonha. Sem lhe ocultar a ferocidade, nem a natural generosidade para com os seus iguais, faltava fazer justiça em Portugal a Francisco Félix de Sousa. (396)

Permito-me discordar. O que tinha sido contado antes, durante mais de 300 páginas, bastava. A mercadoria que ocasionalmente se estragava na viagem e, por questões higiénicas, tinha de ser jogada ao mar; as sucessivas camadas de oportunismo, cinismo, ganância, na escala do sistema esclavagista; a insustentável crueldade, a par de outras promiscuidades mais ambíguas numa sociedade onde os opostos viviam apesar de tudo lado a lado, para não falar do convívio entre escravos, libertos, potenciais libertos, ou da paz podre (ou guerra fria) entre quilombos e cidades. E também da tão actual necessidade económica de baixar salários – o equivalente à já célebre frase de Borges – o economista cego, não o escritor), "Baixar os salários não é apenas uma necessidade, é uma urgência" (*apud* Zink 2012, 71). Atente-se nesta passagem seca e quase denotativa:

> Os métodos artesanais de Francisco Félix de Sousa, herdando do pai o trato, negociando em pequenos magotes de escravos, especializando-os em profissões, tinham sido ultrapassados, aos novos escravos exigia-se apenas força muscular para o corte da cana e a apanha do capucho de algodão e da folha de fumo, deixando para os descendentes dos antigos escravos, os crioulos ou ladinos, as funções domésticas e artesanais. Desde que o seu pé tocara a areia da praia do Chega-Negro, oito anos de vida era o que o senhor de engenho exigia do escravo, o suficiente para amortizar em trabalho o investimento feito na compra […]. (137)

O mau da fita?

Como podiam aqueles homens fazer aquilo que hoje nos parece inaceitável? Que tipo de homens eram aqueles? Boa pergunta:

> Estes homens, pensava João Luiz Abreu, de tanto conviverem com os escravos ficam como eles, com a suprema diferença de que, em algum ponto do mundo, só por eles conhecido, apinhavam potes, ânforas e baús contendo ouro em pó e em lingotes, enterrado num buraco a uma

> profundidade de dez braças, cavado por escravos, nesse mesmo local mortos – os mestres atravessadores eram homens cruéis, solitários, avarentos cujo único legítimo prazer consistia em encher lentamente o fornilho do cachimbo de louça de fumo de primeira qualidade […]. (157)

E Francisco Félix de Sousa?

> […] mas, protestava Nicolas, não basta ser branco, é preciso saber trabalhar o chicote, o azorrague, o relho, o pau, a palmatória, tudo o que pudesse subjugar as costas do preto, o chicote era ali, naquelas plagas a autoridade, Félix de Sousa respondia que desde os cinco anos de idade manipulava o chicote como as outras crianças brancas a pena de escrever […]. (288)

Como já foi dito, Miguel Real faz um não fácil (e também não lá muito bonito) milagre: humaniza o protagonista. Já no-lo tinha humanizado no início – nós estamos sempre do lado que apanha – a ser violentado e injustiçado por aquele que intuímos logo ser o mau da fita, o banqueiro Marinhas. E vamos então, de mão dada com o autor, à procura do humano.

O certo é que Félix é um bruto mas tem algum orgulho, alguma hombridade em toda a sua bruteza:

> […] d. Francisquinha envergonha-se do teu trabalho, dizia-lhe, é trabalho de mulato, diz ela, já nem os mulatos o querem, agora são os pretos rufiões que se tornam capatazes de escravos correços, envia-te duas colchas de retalho e um potezinho de vinho de amora […]. (150)

E, sim, é "o mau da fita", mas não é o verdadeiro vilão, ou pelo menos não muito mais vilão do que os outros. Será apenas, sugere-nos Miguel Real, *o homem que suja as mãos*. Como o agente da PIDE ou o torcionário que, tantas vezes, não era senão um camponês fazendo honestamente o seu desonesto trabalho. Uma figura que me ocorre é a do traficante de armas russo Victor Bout, hoje preso, cuja fascinante e sórdida vida pode ser conferida em *Merchant of Death* (Farah e Braun 2007). Não deixando de ser uma personagem abominável, sabemos tratar-se de apenas mais um peão num tabuleiro onde a hipocrisia impera – dado que os países que promoveram a sua prisão têm forte renda no negócio da venda de armas:

> Samuel perguntara por Francisco Félix de Sousa, não porque o desejasse a trabalhar no armazém, bem queria um pé-rapado como o Félix longe dos seus negócios, brancos desses só traziam sarilhos, mas porque, […] obrigando Félix a sulcar a terra com o chicote, descobrira a solução para a desocupação dos terrenos de Rio das Rãs, o Félix era o malfeitor ajustado para expulsar aquela pretalhada […]. (150)

O que nos quer dizer Miguel Real? Que, gostemos ou não, Félix de Sousa é a expressão do seu tempo: um bruto, aos nossos olhos (aos meus, pelo menos), um monstro pelos seus actos (um crime do qual bons pensamentos não me redimem). Mas, sendo a expressão desse *tempo portuguez*…

Redenção possível

A suspeita de que se está a praticar algo de errado obriga por vezes a racionalizações tortuosas. Que a escravatura não era uma indústria pacífica, mesmo quando era legal, é (creio) ponto assente. Daí a necessidade de racionalizar, de encontrar uma justificação para actos que, no mínimo, nos dividem, de algum modo nos incomodam e corroem.

> […] mas o capitão assegurava-lhe que a Igreja Católica defendia a escravatura, era a tese do resgate, explicava, ele próprio a aprendera com os capelães dos navios negreiros: […] um negreiro é um herói para a Igreja Católica, afiançava, um libertador de pretos das garras do demónio, o mais heróico feito cometido hoje para glória de Deus. (187)

Acreditariam mesmo muitos em discursos como este? Seria interessante sabê-lo. O certo é que Francisco Félix de Sousa parte na segunda metade da sua vida para a fonte do mal. Ou, pelo menos, a fonte dos escravos. De receptor passa a fornecedor. E, de tratador de escravos, passa a traficante de escravos e, depois, a outra coisa qualquer, como o Kurz de *O Coração das Trevas* (Conrad 1902), meio animal, meio rei, meio senhor, meio escravo.

Duas visões distintas há sobre o lugar da ficção: uns consideram que, no seu pior, um romance se assemelha a um ensaio, um texto académico. Conotação implícita: a de texto pouco entusiasmante. Discordo: no seu melhor, um romance aproxima-se do ensaio: provocador, inteligente, tentando tornar o outro inteligível. Miguel Real conta uma história de quase redenção: a redenção possível para um homem capaz de tanto mal como Francisco Félix de Sousa. Duas redenções: a sua, interna e, até certo ponto, externa; a da descendência. Miguel Real não redime a personagem mas, de algum modo, redime-nos a nós.

Bibliografia

BARTHES, Roland. 2006. *Fragmentos de um Discurso Amoroso*, ed. original 1977. Lisboa: Edições 70.

COELHO, Jacinto do Prado. 1949. *Diversidade e Unidade em Fernando Pessoa*. Lisboa: Verbo.

DYER, Geoff. 2012. *Zona; A Book about a Film about a Journey to a Room*. London: Canongate Books.

FARAH, D., e S. Braun. 2007. *Merchant of Death*. New Jersey: John Wiley & Sons.

ISER, Wolfgang. 1978. *The Implied Reader*. Baltimore: John Hopkins U. P.

KUNDERA, Milan. 1991. *A Arte do Romance*. Lisboa: Círculo de Leitores.

REAL, Miguel. 2005. *A Voz da Terra*. Matosinhos: QuidNovi.

REAL, Miguel. 2006. *O Último Negreiro*. Lisboa: QuidNovi.

REAL, Miguel. 2008. *O Sal da Terra*. Lisboa: Quidnovi.

REAL, Miguel. 2012a. *Nova Teoria do Mal: Ensaio de Biopolítica*. Alfragide: D. Quixote.

REAL, Miguel. 2012b. *O Romance Português Contemporâneo: 1950-2010*. Alfragide: Caminho.

ZINK, Rui. 2012. *A Instalação do Medo*. Lisboa: Teodolito.